



**ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Hoje é um dia muito especial, é o aniversário do Isac. Parabéns, em nome da Casa, ao Isac. Ele faz o melhor café da Assembleia. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *"Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Quarenta e Quatro da Trigésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 29.567, 29.592, 29.609, 29.613, 29.617, 29.641, 29.645, 29.658, 29.662, 29.666, 29.674 e 29.686/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; e-mail, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Junior Mochi, Mara Caseiro, Gleice Jane e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Ausência justificada do deputado Junior Mochi. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 210/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 35/2025, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 215/2024, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 98/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Maria Elizabeth Machado; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada aos familiares de Olívia Alves dos Santos e José Alberto Mujica Cordano; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado*



*Antonio Vaz, endereçadas aos pastores, e às bandas que denominam suas respectivas denominações, que se unem para realizar o Primeiro Festival Gospel em Alusão ao Dia da Juventude Evangélica – Lei nº 5.426, de 29 de outubro de 2019; requerimento de informações, de autoria do deputado Neno Razuk; indicações, de autoria dos deputados Neno Razuk, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Paulo Duarte, Jamilson Name, Caravina e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 20 de maio de 2025: Ofício nº 137/2025, do Poder Executivo, encaminhando, para análise e parecer desta augusta Assembleia Legislativa, os documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul) (Prot. nº 1651/2025); Ofício nº 1.506/2025, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1370/2025); Ofício nº 151/2025, do Ministério do Esporte, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1370/2025); Ofício nº 6.079/2025, da Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 639/2025); Ofícios nºs 29.500, 30.164, 30.173, 30.177, 30.181, 30.185, 30.225, 30.404, 30.410, 30.414, 30.418, 30.422, 30.427, 30.434, 30.438, 30.559 e 30.571/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT, Junior Mochi, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Gleice Jane, Coronel David, Renato Câmara, Caravina, Antonio Vaz, Zé Teixeira (Prot. nº 075/2025); Ofício nº 30.587/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 1261/2025); Ofícios nºs 91 e 123/2025, da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, respondendo ao requerimento e à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 803/2025). Senhor presidente, conforme sua solicitação, foi lido o expediente desta Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Registramos e agradecemos a presença da presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, senhora Ana Cláudia; do senhor Marcelo de Paula Azevedo Dantas, o Marcelo Jardineiro, vereador do



município de Aparecida do Taboado; do senhor Gilson Garcia, o Gilsinho; do senhor Julkleber, ex-presidente da Câmara de Aparecida do Taboado; e do senhor Mauro Sampaio de Souza, o Maurão Sampaio, vereador do município de Aparecida do Taboado. Obrigado aos senhores pela presença aqui na nossa Casa de Leis. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu venho apresentar algumas proposições. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, solicitando que seja implementada, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Lei Federal nº 14.154/2021, que aperfeiçoa o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. Justificativa. O Teste de Triagem Neonatal Ampliado, também conhecido como teste do pezinho ampliado, é uma versão mais abrangente do exame básico, que detecta um maior número de doenças e condições metabólicas e genéticas em recém-nascidos. Embora o teste básico, obrigatório no Brasil, detecte cerca de quinze grupos de doenças, o ampliado pode identificar até cinquenta. Esse seria um grande avanço na saúde do nosso estado. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando providências no sentido de recuperar a rua Gabriel Abrão, nas proximidades do número 92, no Jardim das Nações. Aquela é a via de acesso à sede da Fiocruz e à rua lateral de acesso ao Laboratório Central - Lacen. Por último, apresento uma moção de pesar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da professora Maísa Vargas Veiga Grego, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 19 do corrente mês, nesta Capital. A Maísa dedicou mais de trinta anos de sua vida à educação pública, onde se destacou na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tornando-se referência na luta pela inclusão. Atuou por dois anos na Pestalozzi de Campo Grande como diretora da Escola Especial Raio de Sol. Ela teve uma trajetória marcada pelo compromisso com a categoria, atuava no Conselho Fiscal e nos Coletivos de Cultura e Educação Especial do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública, colocando-se sempre presente na luta pela valorização dos profissionais em educação e por uma educação pública inclusiva de qualidade. A Maísa deixa um legado de empatia, luta e amor. Certa de que ela sempre será lembrada carinhosamente por todos que tiveram a oportunidade de conhecê-la e por sua importante trajetória e atuação em prol da educação de Mato Grosso do Sul, esta Casa de Leis expressa solidariedade aos familiares e amigos de Maísa, rogando a Deus conforto e proteção aos enlutados. Era o que eu tinha, presente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao sul-mato-grossense José Vitor Leme, da cidade de Ribas do Rio Pardo, que acaba de fazer história ao se consagrar tricampeão mundial da PBR, tornando-se o primeiro competidor do nosso estado a alcançar esse título de tamanho importância no cenário internacional de rodeios. Era só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu solicito que esta moção ao nosso sul-mato-grossense, José Vitor Lemes Batista, seja encaminhada em nome da Casa.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — De acordo, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados e todos os presentes nesta Sessão. Venho apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit de Mato Grosso do Sul, meu conterrâneo Euro Nunes Varanis Junior, com cópia ao senhor Elídio Guilherme dos Reis Del Pino, solicitando a execução de obras de recapeamento de asfalto e de sinalização viária na BR-262, no trecho entre Corumbá e Buraco das Piranhas. A referida rodovia apresenta diversas ondulações, ausência de sinalização horizontal e vertical, prejudicando o intenso fluxo de caminhões de minério de veículos de passeio. A situação tem causado o aumento do número de acidentes, colocando em risco a vida de motoristas e passageiros que por lá transitam. A degradação da rodovia não representa apenas um risco à segurança viária, mas também um prejuízo ao meio ambiente e à economia regional, devido à sua importante logística para o escoamento da produção da região. Esta proposição atende à solicitação do vereador Marcelo Araújo, de Corumbá. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e todos que nos acompanham, bom dia. Eu venho apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja



encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, solicitando a reforma completa do ginásio poliesportivo do município de Jateí. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, solicitando, em caráter reiterativo, o serviço de levantamento de encascalhamento do trecho da rodovia MS-145, compreendido entre a interseção com a BR-376, atravessando o distrito de Nova Esperança, indo até a divisa com o município de Naviraí, no município de Jateí. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenária, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, solicitando a recuperação de toda a extensão da rodovia MS-141, entre os municípios de Ivinhema e Angélica. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, solicitando a construção de uma pista de atletismo profissional no município de Ivinhema. É só, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para ler minhas indicações aqui da mesa. A primeira indicação que venho apresentar já foi proposta pelo deputado Marcio Fernandes e transformada em nome da Casa por Vossa Excelência, presidente. Mas eu quero registrar congratulações ao José Vitor Leme Batista, tricampeão mundial, a pedido do senhor Roberson, prefeito da nossa querida cidade de Ribas do Rio Pardo. O segundo requerimento. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à diretoria do Hospital São Julião, na pessoa do presidente executivo, senhor Carlos Augusto Melke, pela conquista do prêmio ESG Nacional 2025, na categoria Gestão de Resíduos e Reciclagem, promovido pela Associação Brasileira de ESG, colocando Mato Grosso do Sul como referência em sustentabilidade na saúde. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e

Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, e ao senhor coronel Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar, solicitando a destinação de recursos para reestruturação e ampliação do Projeto de Equoterapia, desenvolvido pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Dourados. O projeto tem promovido impacto direto e positivo na vida de crianças, adolescentes e adultos com autismo, Síndrome de Down, TDAH, paralisia cerebral, deficiências físicas e outras condições específicas. Esta é uma iniciativa de referência regional, que alia saúde, inclusão e cidadania, utilizando o cavalo como agente terapêutico em sessões supervisionadas por equipe técnica multidisciplinar qualificada. Acontece que, atualmente, o projeto atende cerca de sessenta pessoas, mas há uma fila de espera com mais de quatrocentas e quarenta pessoas. Isso evidencia a necessidade de ampliação, de reestruturação e de melhoria no atendimento. Para isso, são necessárias as seguintes ações: construção da sala de recepção dos pais e praticantes; adequação da sala dos profissionais; reestruturação dos piquetes e baias dos animais; construção de pista de trabalho coberta para dias chuvosos; aquisição de materiais terapêuticos e educacionais; uniformes, capacetes, coletes e botas para os praticantes; aquisição de equipamento de equitação; e aquisição de novos animais apoios a atividade. Diante da relevância do projeto e comprovando a eficácia do processo de reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência, solicitamos apoio institucional e financeiro, para que suas atividades não sejam paralisadas. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando reforço de policiamento ostensivo e preventivo no município de Naviraí. Moradores de Naviraí relataram que está havendo um aumento significativo de furtos de veículos na região. Semana passada, por exemplo, três carros foram furtados, em diferentes pontos da cidade, gerando insegurança e apreensão na população. Esses dados evidenciam a necessidade de medidas imediatas por parte do poder público. Vale destacar que a questão da segurança pública não se limita a Naviraí, mas estende-se aos demais municípios do estado também. Caarapó, por exemplo, tem sofrido muito por conta da falta de efetivo, tanto na segurança preventiva e repressiva quanto nas investigações de delitos. Como se sabe, as Polícias Militar e Civil enfrentam hoje uma defasagem no seu efetivo. Mas a população não pode ficar desassistida. Portanto, solicitamos providências. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governo do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a instalação de redutores de velocidade entre as ruas Cabral e São João e a rua Abolição, no Residencial Oliveira. Moradores têm manifestado preocupação com o tráfego em alta velocidade, especialmente no trecho entre as ruas São

João e Abolição, onde já ocorreram vários acidentes, inclusive com mortes. O local dá acesso à escola, ao Ceinf e ao posto de saúde. Por hoje só. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: nove indicações (Prot. nºs 01678/2025, 1677/2025, 1676/2025, 1675/2025, 01674/2025, 1673/2025, 1672/2025, 1669/2025, 1667/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 1656/2025, 01655/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1657/2025). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 1650/2025); dois projetos de lei (Prot. nºs 1664/2025, 1647/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de congratulação (Prot. nº 1686/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 1687/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 01663/2025, 1662/2025, 1661/2025, 1660/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 1682/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1681/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 1680/2025, 01679/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 1654/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1653/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nºs 1652/2025, 01649/2025, 01648/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 1689/2025, 1688/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1690/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 1665/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01685/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 1670/2025, 1668/2025, 01671/2025, 1666/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Projeto retirado de pauta. Item 2. Projeto retirado de pauta. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 185/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Dispõe sobre a possibilidade de o proprietário de veículo automotor, no momento da abordagem, regularizar o pagamento da taxa de licenciamento e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que estejam em atraso." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura



e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o autor do projeto.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero agradecer os votos dos colegas, dos amigos. Este projeto visa trazer modernidade. A nossa Assembleia Legislativa sai na frente... Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 185/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PP) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado em segunda votação. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 130/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre o reconhecimento de pessoas com Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) como pessoas com deficiência, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." Quero lembrar que já existe a Lei nº 6097, que instituiu a Semana de Sensibilização sobre a Doença de Neurofibromatose, realizada todo dia 17 de maio. A presente proposta é bastante pertinente, pois visa dar visibilidade à questão da neurofibromatose, com a disseminação de informações, quebrando o silêncio, diminuindo o tabu e dando voz às famílias de pessoas acometidas por essa doença. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar seu voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Na verdade, o grande objetivo do projeto é fazer com que as pessoas portadoras de neurofibromatose sejam reconhecidas como pessoas com deficiência, uma vez que essa doença atinge principalmente os nervos. Trata-se de uma condição genética que provoca surgimento de múltiplos tumores benignos no sistema nervoso, entre outras complicações. Com esta lei, as pessoas portadoras da doença poderão gozar dos benefícios destinados às pessoas com deficiência. É só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PP) — São 17 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 086/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos nas Leis nºs 1.102...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu quero pedir vista deste projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Concedido, deputado. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 072/2024. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Torna obrigatória a apresentação de certidões de antecedentes criminais para recebimento de recursos públicos estaduais." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 072/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PP) — São 18 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda votação. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. "Quatro requerimentos, vinte e oito indicações e nove moções de congratulação." Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Divaldo Pereira Franco. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Ildo Carnevalli. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor André Pinheiro Oliveira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se

encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, como a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu quero fazer um relato sobre as ações da Frente Parlamentar da Avicultura, diante dos focos de gripe aviária que surgiram no Rio Grande do Sul e em Tocantins (esse último, no caso, está em análise). Eu fico pensando que nós precisamos alterar a nossa legislação, principalmente na esfera federal. A Frente Parlamentar da Avicultura está encaminhando um documento, a fim de mudar a ideia de que, se for descoberto um foco, como no caso do Rio Grande do Sul, o país inteiro tem de ser impactado e as exportações serem suspensas, por vários protocolos, de vários países. Alguns países ainda aceitam, como o Japão. Mas esse status tem prejudicado o nosso produtor. O Brasil, diferentemente de outros países, como os da União Europeia, que são menores, é de dimensão continental. Mato Grosso do Sul é maior do que a Itália, é maior do que o Japão, é maior do que o Reino Unido, é praticamente do mesmo tamanho da Alemanha. Lá fora, quando é identificado um foco de gripe aviária, o país perde o status de livre de gripe aviária. Como o Brasil tem dimensões continentais, nós estamos encaminhando um pedido para que as sanções ocorram regionalmente. Hoje, se a gripe for descoberta no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, que tem uma das melhores redes de proteção do país e do mundo, acaba sendo afetado. A nossa Vigilância Sanitária está preparada para enfrentar qualquer tipo de epidemia de gripe e de outras doenças. E nós ficamos preocupados, porque a gripe aviária é muito contagiosa. Nos Estados Unidos foram identificados mais de mil e quinhentos focos, fazendo até mesmo com que o preço dos ovos subisse. Aliás, o preço do ovo foi pauta nacional. Por quê? Milhares de aves foram abatidas, e setecentos e cinquenta granjas foram praticamente dizimadas, granjas que têm plantéis de mais de cem mil aves. Ontem, nós estivemos numa reunião promovida pela Semadesc, com mais de quarenta representantes, de várias entidades e setores, e discutimos as ações que nós estamos fazendo. E a Frente Parlamentar da Avicultura estava representada lá. Nós participamos do debate. E muito nos tranquilizou saber que os protocolos que nós de Mato Grosso do Sul adotamos são um dos melhores do mundo. Vale salientar que aqui em Mato Grosso do Sul não há nenhum foco. Há no Rio Grande do Sul, e o caso do Tocantins está em análise. Ou seja, nós estamos protegidos, momentaneamente, e vamos continuar assim, devido à capacidade que o nosso produtor tem de adotar medidas rapidamente... Eu concedo a palavra ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Renato Câmara, primeiramente eu quero cumprimentá-lo por trazer à tribuna este assunto tão importante, o

setor da avicultura. E, em segundo lugar, dizer que ontem eu assisti a várias matérias do ministro da Agricultura, e ele colocou exatamente o que Vossa Excelência expôs aqui... E destaco algo que ele disse ontem: a granja que foi atingida possivelmente por vírus de ave silvestre não faz parte do setor de exportação. Ou seja, ela produz exclusivamente para o consumo interno. Já foram feitas análises de vários outros locais no Brasil, em Goiás, no Mato Grosso, e verificou-se que não existe nada. Eu me lembro de quando mataram muito gado na época da febre aftosa. E sabe-se que ela não causa mal ao ser humano. Mas mataram o gado. Aquilo custou caro para o país. A aftosa é uma doença passageira também. Ou seja, com o tempo, o gado sara, cria anticorpos e fica bom. No caso da gripe aviária também é assim. Nem a carne nem o ovo oferecem perigo de transmitir a gripe ao ser humano. Nós, que somos da PAM, do setor da agricultura, e fazemos parte da comissão, sabemos que o que o senhor diz serve para mostrar ao Brasil que Mato Grosso do Sul, que tem um setor de avicultura muito forte, não corre perigo. Nós estamos comungando com os nossos produtores, para que não sejamos atingidos aqui no estado. Não há necessidade de interditar o país inteiro por conta de um foco. Esse procedimento, feito inclusive aqui no Brasil, faz um estardalhaço desnecessário. Porque eles vão ficar vinte e oito dias sem consumir, aí a carne vai sobrar aqui. E estão dizendo que vai abaixar o preço da carne de frango, porque vai oferecer o produto no mercado interno, e abaixando a carne do frango, abaixa a carne do boi. Quer dizer, são umas coisas que ninguém entende. A produção do frango é rápida, quarenta e cinco dias; a do boi é diferente, é de três anos. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Muito bem colocado, deputado. É importante ressaltar que não causa prejuízo à saúde humana, apesar de que qualquer granja que for afetada pelo H5N1, deve dizimar seu plantel. E os poucos animais que sobram são submetidos a um rigoroso protocolo. Os animais precisam ser colocados em valas que obedecem a uma especificação; e toda a propriedade tem de passar por um processo de descontaminação. A propriedade acaba sendo isolada, passa por uma quarentena, até que o ciclo viral passe. Quando uma pessoa pega uma gripe, a primeira medida que ela deve adotar é tomar os remédios necessários para acabar com os sintomas, depois é aguardar o ciclo viral passar; todavia, o mais importante, além de aguardar o ciclo viral passar, é ficar em reclusão, assim os anticorpos vão atuar, e logo a pessoa ficará bem. Assim acontece também com os animais que foram contaminados e não morreram. Então, a suspensão é, na verdade, uma precaução, é uma ferramenta utilizada na esfera internacional, para que se possa aguardar o ciclo viral passar e depois, automaticamente, retomar as exportações. Agora, nós estamos discutindo, e ontem eu até apresentei a proposta ao Mapa, ao superintendente Rondon, sobre mudar esse status de 'país livre da gripe aviária' para 'estados livres da gripe aviária'. Isso significa regionalizar. Dessa forma, quando em um estado como o Rio Grande do Sul, por exemplo, for detectado um foco de

gripe aviária, o vírus não será compartilhado. Ou seja, nós não seremos afetados por essa lei. Nós somos maiores do que vários países da comunidade europeia, como a Finlândia, países baixos, Reino Unido, logo, podemos regionalizar. Então, nós da frente parlamentar criamos ontem um grupo formado por mais de quarenta representações. Estamos monitorando todos esses procedimentos e estamos atentos às novas medidas, porque, de forma alguma, seremos afetados economicamente pelo vírus. Tudo está sob controle. Existem apenas focos isolados. Agora é manter a vigilância e o grupo composto pela lagro, o Mapa, a Semadesc, a Famasul, a Avimasul, enfim. Quero parabenizar a Avimasul pelo extraordinário evento que realizou na Expoagro, semana passada. O evento contou com mais de quatrocentos produtores do nosso estado. Nós pudemos acompanhar a evolução da produção de aves em nosso estado. Mato Grosso do Sul já é o décimo produtor do Brasil, e a tendência é crescer cada vez mais, porque temos aqui um ambiente muito favorável. Temos soja e milho em nosso quintal. Temos várias áreas com climas que favorecem a produção. Diante disso, quero aqui registrar a atuação da Frente Parlamentar de Avicultura e dizer que estamos atentos. O produtor está alerta, principalmente porque a maioria das granjas tem financiamento. Isso afeta diretamente a economia do produtor que tem parcelas a serem pagas. E diante dessas coisas, a população acaba ficando temerosa, e precisa ser orientada. As pessoas precisam saber que a gripe aviária não oferece perigo à saúde humana e que todas as medidas estão sendo tomadas. Nós, mais do que nunca, estamos conectados a uma grande rede de proteção gerenciada pela nossa Vigilância Sanitária. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Não há mais oradores inscritos. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a presente Sessão. Está encerrada (10h45min).